



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo



## PARECER

**TC-002753.989.20-1**

**Prefeitura Municipal:** Boa Esperança do Sul.

**Exercício:** 2020.

**Prefeito:** Fábio Luís de Souza.

**Advogada:** Ana Maria de Paula Coelho (OAB/SP nº 199.945).

**Procurador de Contas:** Rafael Neubern Demarchi Costa.

**Fiscalização atual:** UR-13.

### **EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA MUNICIPAL. FAVORÁVEL. RECOMENDAÇÕES.**

Falhas no Planejamento e Controle Interno. Inconsistência na escrituração dos Precatórios. Falta de legislação sobre atribuições e escolaridade para os cargos comissionados. Atendimento dos índices constitucionais e legais. Parecer Favorável. Recomendações. Votação unânime.

**Vistos, relatados e discutidos os autos do processo TC-002753.989.20-1.**

Considerando o que consta do Relatório e Voto do Relator, conforme Notas Taquigráficas, juntados aos autos, a E. Primeira Câmara, em sessão de **10 de maio de 2022**, pelo voto dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Relator, Sidney Estanislau Beraldo, Presidente, e Edgard Camargo Rodrigues, decidiu emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Sul, relativas ao exercício de 2020, com recomendações, à margem do parecer, excetuados os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Determinou, por fim, que o Cartório, após o trânsito em julgado, encaminhe os autos à Unidade de Fiscalização competente para as providências de envio de cópia digital à Câmara Municipal, e, em seguida, ao arquivo.

**Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. João Paulo Giordano Fontes.**

**Publique-se.**

**São Paulo, 10 de maio de 2022.**

**SIDNEY ESTANISLAU BERALDO – Presidente**

LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO

DE 05 / agosto / 2022

Boa. Esp. do Sul, 05 / 08 / 2022

Nelson Edvaldo  
Presidente

**ANTONIO ROQUE CITADINI – Relator**

A Comissão de Finanças e Orçamento

Boa Esp. do Sul, 05 / 08 / 22

Nelson Edvaldo  
Presidente

Aprovado em Única Discussão

em Sessão Ordinária: 20 / 09 / 22

Nelson Edvaldo  
Presidente

**RELATOR - CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI**  
**13ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara, dia 10/05/2022**

**Item 73**

**Processo:** TC-002753.989.20-1

**Prefeitura Municipal:** Boa Esperança do Sul.

**Exercício:** 2020.

**Prefeito:** Fábio Luís de Souza.

**Advogado(s):** Ana Maria de Paula Coelho (OAB/SP nº 199.945).

**Procurador(es) de Contas:** Rafael Neubern Demarchi Costa.

**Fiscalizada por:** UR-13.

**Fiscalização atual:** UR-13.

**EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA MUNICIPAL.  
FAVORÁVEL. RECOMENDAÇÕES.**

Falhas no Planejamento e Controle Interno. Inconsistência na escrituração dos Precatórios. Falta de legislação sobre atribuições e escolaridade para os cargos comissionados.

Atendimento dos índices constitucionais e legais. Parecer Favorável. Recomendações.

Tratam os autos das **CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO SUL**, relativas ao exercício de 2020.

**I - A fiscalização "in loco" foi realizada pela UR-13 - Unidade Regional de Araraquara.**

Os resultados de encerramento foram colhidos remotamente, devido à limitação decorrente da pandemia do novo Coronavírus (COVID19). O relatório foi inserido no evento 58 e foram apontadas ocorrências, das quais destaco:

- Falhas no Planejamento e no Controle Interno;
- Alterações orçamentárias: 43,68% da Despesa Inicial;
- Não registra corretamente as dívidas de Precatórios;
- Recursos Humanos: as atribuições dos cargos efetivos contrariam as disposições do artigo 37, I e II, da CF; não exige nível de escolaridade mínima para os cargos em comissão, em





Houve o atendimento aos mandamentos constitucionais e legais, referentes às despesas com Ensino, Precatórios e Saúde, bem como a observância aos limites de Gastos com Pessoal, Transferência de Recursos ao Legislativo.

Da mesma forma foi atestada a regularidade na aplicação dos recursos recebido do FUNDEB, com respeito ao estabelecido para a valorização dos profissionais do magistério<sup>1</sup>.

A Municipalidade obteve superávit orçamentário de 3,22%, com reflexo no resultado financeiro, conforme demonstrativo abaixo:

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ 5.498.927,57	R\$ 3.552.362,12	54,80%
Econômico	R\$ 7.914.791,72	R\$ 4.217.142,21	87,68%
Patrimonial	R\$ 51.267.395,27	R\$ 42.404.639,69	20,90%

Contudo, ressalto a abertura de créditos adicionais no valor de R\$20.521.502,04, o que corresponde a 43,68% da despesa inicialmente fixada, desfigurando o planejamento, em dissonância com os Comunicados SDG nº 29/2010 e 32/2017.

A fiscalização relatou problemas na escrituração das pendências judiciais da Municipalidade, devendo o gestor público atentar ao comunicado SDG 34/2009: "(...) alerta que constitui falha grave a ausência de fidelidade das informações enviadas ao Tribunal de Contas em relação àquelas registradas na Origem, vez que ofende aos princípios da transparência (art. 1º, §1º, da LRF) e da evidenciação contábil (art. 83 da Lei nº 4.320/64), ocasionando efetivo prejuízo à ação de controle dos recursos públicos".

Destaco, também, que a Municipalidade deve cumprir o inciso VIII, artigo 206, da Constituição Federal<sup>2</sup> ( piso nacional aos profissionais do magistério

<sup>1</sup> Em atendimento ao artigo 60, XII do ADCT da CF/88.

<sup>2</sup> Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).



das creches municipais) e a readequação do seu quadro de pessoal nos termos do Comunicado SDG nº 32/2015<sup>3</sup>.

Da mesma forma, a nota "C" (baixo nível de adequação) do IEG-M<sup>4</sup> impõe atuação do gestor, pois conforme temos enfatizado nas sessões, diante do lapso temporal desde a implantação do índice para se auferir a efetividade dos serviços prestados, a estagnação ou regressão persistente poderá ensejar a reprovação das contas.

Censurável é a inércia da Municipalidade com relação aos apontamentos sobre a captação e distribuição de água e a coleta, tratamento e disposição final de esgotos deficiente e deficitária, relatados pela fiscalização no relatório do primeiro quadrimestre, sem as devidas providências para a regularização.

As demais impropriedades serão alçadas ao campo das recomendações e serão acompanhadas pela fiscalização.

Advirto ao administrador público que a reincidência sistemática das falhas poderá ensejar o juízo desfavorável das contas futuras, bem como sujeitá-lo às sanções previstas no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Ante o exposto, **VOTO PELA EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL ÀS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA**

<sup>3</sup> Comunicado SDG nº 32/2015: O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sua permanente tarefa de orientação a seus jurisdicionados, recomenda a observância de aspectos relevantes na elaboração das leis orçamentárias anuais e demais instrumentos de interesse que podem, assim, ser resumidos:

[...] 8, as leis devem definir com clareza as atribuições e a escolaridade exigidas para provimento de cargos em Comissão de Direção e Assessoria exclusivos de nível universitário, reservando-se aos de Chefia a atribuição técnico-profissional apropriado.

<sup>4</sup>

ÍNDICES	2018	2019	2020
IEG-M	C+	C	C
I-Planejamento	B	C	C
I-Finanças	B	B	C+
I-Educação	C	C	C
I-Saúde	B	C	C
I-Arquitetura	C	C	C
I-Cultura	C	C	C
IEG-M	C+	C	C

**DO SUL, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2020**, excetuados os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

**À margem do parecer, acolho as recomendações propostas pelo Ministério Público de Contas (evento 131).**

Após o trânsito em julgado deve o Cartório enviar os autos à DF/UR competente para as providências de envio de cópia digital à Câmara Municipal, em seguida ao arquivo.

**É o meu voto.**

**ANTONIO ROQUE CITADINI**  
**CONSELHEIRO RELATOR**

RCP